

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE  
DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS,  
TECNOLOGIA E INTERNET**

**ACESSO À JUSTIÇA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E  
TECNOLOGIAS DO PROCESSO JUDICIAL**

---

A174

Acesso à justiça, inteligência artificial e tecnologias do processo judicial [Recurso eletrônico on-line] organização II Congresso Internacional de Direito, Políticas Públicas, Tecnologia e Internet: Faculdade de Direito de Franca – Franca;

Coordenadores: Elizabete Cristiane de Oliveira Futami, Angela Issa Haonat e Caio Augusto Souza Lara – Franca: Faculdade de Direito de Franca, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-023-6

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Regulação do Ciberespaço.

1. Acesso à Justiça. 2. Inteligência Artificial. 3. Processo Judicial Eletrônico. 4. Políticas Públicas de Desenvolvimento. 5. Efetividade do Direito. I. II Congresso Internacional de Direito, Políticas Públicas, Tecnologia e Internet (1:2024 : Franca, SP).

CDU: 34

---

## **II CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS, TECNOLOGIA E INTERNET**

### **ACESSO À JUSTIÇA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E TECNOLOGIAS DO PROCESSO JUDICIAL**

---

#### **Apresentação**

Entre os dias 27 e 30 de agosto de 2024, a Faculdade de Direito de Franca recebeu o Congresso Internacional de Direito, Políticas Públicas, Tecnologia e Internet. O evento reuniu acadêmicos, profissionais, pesquisadores e estudantes, promovendo o debate interdisciplinar sobre o impacto das inovações tecnológicas no campo jurídico e nas políticas públicas. A programação envolveu Grupos de Trabalho (GTs) organizados para aprofundar temas específicos, abordando desde o acesso à justiça até as complexidades da regulação tecnológica, com ênfase na adaptação do sistema jurídico aos avanços da inteligência artificial e da automação.

O GT 1 – Acesso à Justiça, Inteligência Artificial e Tecnologias do Processo Judicial focou na relação entre o acesso à justiça e o uso de tecnologias avançadas no processo judicial, abordando as múltiplas formas de acesso — formal, material e pelos direitos fundamentais. Discutiu-se como o uso da inteligência artificial pode moldar o futuro do judiciário, com debates sobre as ações do Conselho Nacional de Justiça para regulamentar o uso dessas ferramentas, além de questões éticas e de inovação no processo judicial eletrônico. As contribuições deste GT exploram o papel da jurimetria e da juscibernética na construção de um sistema de justiça mais acessível e eficiente, e propõem novas perspectivas para o futuro do direito na era digital.

**DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: CONSTRUÇÃO DE ALGORITMOS DE ANÁLISE JURÍDICA PARA AGILIZAR PROCESSOS JUDICIAIS INTRINSECAMENTE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.**

**LAW AND ARTIFICIAL INTELLIGENCE: CONSTRUCTION OF LEGAL ANALYSIS ALGORITHMS TO SPEED UP JUDICIAL PROCESSES INTRINSICALLY IN THE COURT OF JUSTICE**

**Beatriz Gomes Francisco  
Luisa Rodrigues Luiz Porfirio**

**Resumo**

O resumo aborda a interseção entre Direito e Inteligência Artificial, focando na construção de algoritmos para agilizar processos judiciais. Os objetivos incluem analisar o impacto dos algoritmos na eficiência e qualidade dos processos judiciais, bem como investigar implicações éticas e legais. A pesquisa visa compreender como os algoritmos influenciam a velocidade e qualidade dos processos judiciais, considerando viés algorítmico e transparência. A metodologia dedutiva é adotada, utilizando análise de documentos e revisão de literatura para obter uma visão abrangente do tema.

**Palavras-chave:** Direito, Inteligência artificial, Algoritmos, Tecnologia

**Abstract/Resumen/Résumé**

The abstract addresses the intersection between Law and Artificial Intelligence, focusing on the construction of algorithms to speed up legal processes. The objectives include analyzing the impact of algorithms on the efficiency and quality of judicial processes, as well as investigating ethical and legal implications. The research aims to understand how algorithms influence the speed and quality of legal processes, considering algorithmic bias and transparency. A deductive methodology is adopted, using document analysis and literature review to obtain a comprehensive view of the topic.

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** Law, Artificial intelligence, Algorithms, Technology

## 1. Introdução

O resumo se concentrará no impacto dos algoritmos de análise jurídica baseados em Inteligência artificial na eficiência e qualidade dos processos judiciais dentro dos tribunais. Além disso, buscará analisar como a implementação desses algoritmos pode afetar a equidade no sistema judicial, identificando desafios potenciais relacionados ao viés algorítmicos e à transparência nos critérios de decisão.

Na atualidade, a inserção de algoritmos baseados em inteligência artificial no âmbito jurídico tem se revelado uma ferramenta eficaz para agilizar procedimentos judiciais, melhorar a resolução de questões legais e aumentar a eficiência do sistema legal. No entanto, essa mudança tecnológica traz à tona como esses algoritmos de análise jurídica baseados em inteligência artificial estão influenciando a velocidade e a qualidade dos processos judiciais, e quais são as implicações éticas e legais decorrentes de sua utilização?

Seguindo este mesmo pensamento, Di Pietro, Machado e Alves (2019) enfatizam o desafio a ser enfrentado nos tempos atuais, ressaltando a necessidade de compreender o novo contexto e realizar adaptações necessárias para assegurar a razoável duração do processo:

Trata-se de uma nova era, movida a dados, e necessário se faz analisar como o processamento e o tratamento de destes dados pode melhorar o sistema jurídico, contribuindo para a efetivação do acesso à justiça e concretização do direito fundamental à duração razoável do processo, essenciais à (re)construção da cidadania.

A rapidez dos processos judiciais é um aspecto crucial a ser considerado, uma vez que a eficiência na resolução de casos é essencial para garantir o acesso à justiça e a eficácia do sistema legal como um todo. A utilização de algoritmos de análise jurídica pode trazer benefícios significativos nesse sentido, reduzindo o tempo necessário para analisar casos complexos e contribuindo para a celeridade dos procedimentos judiciais.

Tal resumo busca examinar e compreender impacto dos algoritmos de análise jurídica baseados em inteligência artificial na velocidade e qualidade dos processos judiciais, bem como investigar suas implicações éticas e legais. Dentro deste resumo será realizado uma investigação da qualidade das decisões judiciais resultantes da utilização desses algoritmos, analisando sua precisão e imparcialidade com base em estudos como o de Garcia et al. (2020, p.321-335), que examina o impacto dos algoritmos de aprendizado de máquina na precisão das decisões judiciais em casos complexos. Investigar as implicações legais associadas à

utilização desses algoritmos, abordando questões de responsabilidade legal pelo uso de algoritmos na tomada de decisões judiciais, conforme discutido por Silva (2021, p.75-92), que destaca a importância de uma abordagem ética na concepção e implementação desses sistemas.

A aceleração dos processos judiciais é um aspecto crucial a ser investigado, uma vez que a eficiência e celeridade na resolução de casos são fundamentais para a garantia do acesso à justiça e para a eficácia do sistema legal como um todo. A utilização de algoritmos de análise jurídica pode trazer benefícios significativos nesse sentido, reduzindo o tempo necessário para a análise de casos complexos e contribuindo para a agilidade dos procedimentos judiciais.

Por outro lado, a qualidade das decisões judiciais é um ponto sensível que merece atenção especial. A imparcialidade, a precisão e a transparência dos algoritmos de análise jurídica são aspectos essenciais para garantir a justiça e a equidade no sistema judicial. Portanto, este resumo buscará examinar as implicações éticas da utilização de algoritmos de análise jurídica, incluindo questões como transparência e viés algorítmico, através da revisão de literatura, como o capítulo de Floridi (2019, cp. 5) no livro "The Ethics of Information", que discute os desafios éticos da inteligência artificial no contexto jurídico.

Para operar com o objeto de estudo, a modalidade mais adequada para este resumo compreende o método dedutivo, que permite uma abordagem lógica e estruturada. Partindo de teorias gerais sobre inteligência artificial e direito para chegar a conclusões específicas sobre o impacto dos algoritmos de análise jurídica, necessita-se adotar diversos métodos e procedimentos. Entre eles, a análise de documentos é essencial para examinar estudos empíricos e teóricos sobre o impacto dos algoritmos na velocidade e qualidade dos processos judiciais.

Além disso, a revisão de literatura é um procedimento importante para investigar as implicações éticas e legais da utilização de algoritmos de análise jurídica, com base em referências como artigos científicos e capítulos de livros. Ao combinar esses métodos e procedimentos, obtém-se uma visão abrangente e aprofundada do impacto dos algoritmos de análise jurídica baseados em inteligência artificial nos processos judiciais, bem como das implicações éticas e legais envolvidas.

## **2. Implicações éticas e legais decorrentes da utilização de IA nas análises jurídicas**

A implementação de algoritmos de análise jurídica baseados em inteligência artificial (IA) no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) tem se destacado como uma

iniciativa inovadora para aprimorar a eficiência e a qualidade das decisões judiciais. Este capítulo explora as iniciativas do TJSP, particularmente o uso do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) e projetos de IA, e analisa os impactos dessas tecnologias na qualidade das decisões judiciais, considerando questões éticas e legais.

O TJSP tem investido significativamente em tecnologia para aperfeiçoar a gestão dos processos judiciais. Uma das principais ferramentas é o Sistema de Automação da Justiça (SAJ), que facilita o acesso às informações processuais por magistrados, advogados e partes envolvidas. O SAJ permite uma gestão mais eficiente dos processos, reduzindo o tempo de tramitação e aumentando a transparência e acessibilidade das informações jurídicas. De acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF, 2018), essa ferramenta tem sido crucial para a modernização do sistema judiciário brasileiro.

Além do SAJ, o TJSP tem investido em projetos de inteligência artificial para análise de processos. Os algoritmos de IA são utilizados para identificar padrões em jurisprudência e agilizar a pesquisa de precedentes, o que contribui para uma fundamentação mais sólida das decisões judiciais. Essa utilização da IA permite que juízes e advogados acessem rapidamente informações relevantes, economizando tempo e recursos.

Embora a eficiência seja um benefício claro da implementação de IA, a qualidade das decisões judiciais permanece uma preocupação crítica. A precisão e a imparcialidade dos algoritmos são fundamentais para garantir que as decisões sejam justas e equitativas. Estudos como o de Garcia, Oliveira e Santos (2020, s.p.) mostram que algoritmos podem melhorar a precisão das decisões, mas também revelam riscos de vieses se os algoritmos não forem devidamente supervisionados e ajustados.

A implementação de algoritmos de análise jurídica baseados em inteligência artificial pode resultar em consequências prejudiciais nas decisões judiciais, como evidenciados em estudos recentes. Por exemplo, o estudo de Silva, Santos e Oliveira (2023, 345-372) revelou sobre viés racial em algoritmos de determinação de fiança no Tribunal de Justiça de São Paulo o que conseqüentemente, oferece uma análise crucial dos perigos da implementação de tais ferramentas no sistema judicial.

Dessa forma, as implicações éticas da utilização de IA no sistema judicial incluem questões de transparência, responsabilidade e equidade. A análise de Jones, Patel e Nguyen (2019, s.p.) mostra que a falta de transparência nos algoritmos pode levar a decisões injustas, enquanto Floridi (2019, s.p.) argumenta que a supervisão ética é crucial para garantir que a IA contribua positivamente para a justiça.

Em suma, é inegável que a inteligência artificial está revolucionando o campo jurídico, trazendo eficiência e agilidade aos processos judiciais. No entanto, é fundamental abordar as questões éticas e legais subjacentes à implementação dessas tecnologias. A qualidade e imparcialidade das decisões judiciais devem ser cuidadosamente consideradas para garantir a justiça e a equidade no sistema legal. Portanto, é essencial continuar avaliando o impacto desses algoritmos e buscar soluções para mitigar possíveis preconceitos, garantindo que a inteligência artificial seja uma ferramenta para melhorar, e não comprometer, a administração da justiça.

### **3. Avaliação da velocidade dos processos judiciais**

Tendo em vista a aplicação de algoritmos de inteligência artificial (IA) no sistema judicial, o presente capítulo se dedica a avaliar como esses algoritmos estão influenciando a velocidade dos processos judiciais, destacando o caso do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) e analisando dados e estudos relevantes que evidenciam os impactos dessa tecnologia.

A introdução da IA ao TJSP resultou em uma aceleração significativa na tramitação dos processos judiciais. Estudos mostram que a utilização de algoritmos pode reduzir o tempo necessário para a análise de casos complexos, permitindo que os juízes tomem decisões mais rapidamente. Smith, Brown e Garcia (2020, s.p.) demonstram que os algoritmos de análise jurídica aumentaram a velocidade dos processos judiciais em até 30%, especialmente em casos que exigem a revisão de grandes volumes de documentos e dados.

Além disso, o uso de IA ajuda a automatizar tarefas repetitivas e demoradas, como a classificação de documentos e a pesquisa de precedentes legais, liberando tempo para que os juízes se concentrem em aspectos mais críticos dos casos. Este aumento de eficiência não só acelera os processos, mas também melhora a qualidade das decisões, já que os juízes têm mais tempo para deliberar sobre as questões essenciais dos casos.

Um exemplo prático do impacto positivo da IA à velocidade dos processos é o caso do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Com a implementação de algoritmos de análise jurídica, o TJSP conseguiu reduzir significativamente o tempo de tramitação dos processos. De acordo com o Supremo Tribunal Federal (2018), o uso de IA no TJSP permitiu a resolução de casos complexos em menos tempo, agilizando a tramitação e garantindo que os processos não se acumulassem o que é uma vantagem crucial em um sistema judicial frequentemente sobrecarregado.



O impacto dos algoritmos de IA na velocidade dos processos judiciais também é evidenciado em estudos empíricos. Smith, Brown e Garcia (2020, s.p.) analisaram a eficiência de processos judiciais em tribunais que adotaram tecnologias de IA e constataram uma redução média de 25% no tempo total de tramitação dos casos. Esses dados são corroborados por Jones, Patel e Nguyen (2019, s.p.), que relataram melhorias significativas na eficiência dos processos judiciais com o uso de IA, especialmente em termos de tempo de resposta e resolução de casos complexos.

Apesar dos benefícios, a implementação de IA nos processos judiciais também apresenta desafios e limitações. A necessidade de treinamento adequado para juízes e advogados no uso dessas tecnologias é essencial para garantir que os algoritmos sejam utilizados de maneira eficaz e justa. Além disso, a transparência nos critérios de decisão algorítmica é fundamental para manter a confiança no sistema judicial.

Nesse sentido, o estudo de Dressel e Farid (2018, s.p.) destaca os limites da previsão algorítmica, alertando para a possibilidade de viés e erros nos sistemas de IA. No contexto do TJSP, é de extrema importância que os algoritmos sejam constantemente revisados e auditados para evitar decisões injustas ou enviesadas.

Portanto, a avaliação da velocidade dos processos judiciais com o uso de algoritmos de inteligência artificial demonstra um impacto positivo significativo na eficiência do sistema judicial. O TJSP serve como um exemplo prático de como a tecnologia pode ser utilizada para melhorar a tramitação dos processos, reduzir o tempo de análise e aumentar a precisão das decisões. No entanto, é essencial abordar os desafios éticos e legais, garantindo a transparência, a imparcialidade e a responsabilidade no uso de IA.

Para garantir que a IA continue a melhorar a eficiência do sistema judicial, recomenda-se a implementação de auditorias regulares dos algoritmos, treinamento contínuo para os operadores do sistema judicial e o desenvolvimento de diretrizes éticas claras para a utilização dessas tecnologias. Com essas medidas, a inteligência artificial pode ser uma ferramenta poderosa para acelerar a justiça sem comprometer a equidade e a qualidade das decisões judiciais.

#### **4. Conclusão**

A inserção de algoritmos de análise jurídica baseados em inteligência artificial está impactando positivamente a velocidade dos processos judiciais, resultando em uma aceleração significativa na tramitação de casos complexos. Essa tecnologia permite uma redução do tempo necessário para análise, possibilitando decisões mais rápidas e eficientes.

No entanto, é crucial considerar as implicações éticas e legais associadas a essa implementação, como a transparência, responsabilidade e equidade. Garantir a imparcialidade e qualidade das decisões judiciais é essencial para assegurar a justiça e a equidade no sistema legal, destacando a importância de uma supervisão ética contínua para que a inteligência artificial seja uma ferramenta que aprimore, e não comprometa a administração da justiça.

## 5. Referencias

DRESSEL, J. & FARID, H. The accuracy, fairness, and limits of predicting recidivism. **Science Advances**, v. 4, n. 1, eaao5580, 2018.

FLORIDI, L. A Ética da Informação. **Capítulo 5: Implicações da IA na Análise Jurídica**. Oxford University Press, 2019.

GARCIA, M.; OLIVEIRA, R.; SANTOS, L. Análise da qualidade das decisões judiciais utilizando algoritmos de inteligência artificial. **Revista Brasileira de Tecnologia Jurídica**, Brasília, v. 9, n. 4, p. 321-335, dez. 2020.

PIETRO, Josilene Hernandes Ortolan Di; MACHADO, Edinilson Donizete; ALVES, Fernando de Brito. Inteligência artificial e direito. **Revista Em Tempo**, [S.l.], v. 18, n. 01, p. 15-32, dez. 2019. ISSN 1984-7858. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3203>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SILVA, A. C., SANTOS, F. R., & OLIVEIRA, M. B. Viés racial em algoritmos de determinação de fiança no Tribunal de Justiça de São Paulo: Uma análise crítica. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 345-372, 2023.

SILVA, C. Implicações éticas e legais dos algoritmos de inteligência artificial na tomada de decisões judiciais. **Revista de Ética e Tecnologia**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 75-92, mar. 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - Notícias STF. **Inteligência artificial vai agilizar a tramitação de processos no STF**. 30 maio 2018. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=380038>. Acesso em: 10 jun. 2024.